

Após mais de 60 anos, Zona Noroeste de Santos deve se livrar de enchentes

Obras de macrodrenagem tiveram início em agosto na região em que vivem 120 mil pessoas. População sofre com inundações causadas por chuva forte ou maré alta.

Página 5

Je
Jornal do
Engenheiro

Tatuzi Nascimento





UMA TRAJETÓRIA VITORIOSA A CELEBRAR

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

NO DIA 21 DE SETEMBRO, o SEESP completa 79 anos de existência. A data deve ser comemorada com entusiasmo pelo conjunto da nossa categoria em todo o Estado de São Paulo, tendo em vista a importância da entidade hoje, cuja atuação reflete-se não apenas na valorização dos profissionais como trabalhadores, mas também na sua inserção no debate das questões de relevância para a sociedade. O primeiro ponto a ser destacado é o fortalecimento da atuação do sindicato na representação dos engenheiros, defesa de seus direitos e luta por novas conquistas. Representando cerca de 100 mil profissionais nas negociações coletivas feitas com inúmeras empresas e organizações patronais, dos mais diversos ramos econômicos e setores, o SEESP vem, ano após ano, garantindo avanços em benefícios aos engenheiros.

Nas campanhas salariais de 2013, já praticamente encerradas, registraram-se, além da recuperação de perdas, ganhos reais que elevaram o aumento, na média, para 8%. Tem sido pauta constante de luta a defesa do piso da categoria previsto na Lei 4.950-A/66, estipulado em nove salários mínimos vigentes no País para jornada diária de oito horas, além de um plano de carreira que propicie a valorização permanente do profissional, condições de trabalho adequadas e acesso à qualificação constante. Esses são, na nossa visão, elementos básicos para que os engenheiros possam desenvolver suas atividades a contento.

Ainda no âmbito sindical, o SEESP teve atuação decisiva na Constituição e fortalecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), que hoje representa, além de engenheiros, economistas, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas, propiciando uma ação integrada dessas categorias.

Para além dessa ação, o SEESP tem como primordiais na sua agenda o debate acerca do desenvolvimento nacional e a busca de alternativas para que o País avance em benefício de toda a sua população. Essa vertente se traduz a partir do engajamento no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e em constante renovação e aprimoramento. Na fase atual, a iniciativa está voltada à Copa 2014, que, vista como uma oportunidade de incremento da infraestrutura nacional, pode deixar legado positivo, e também para a discussão sobre como superar os entraves à expansão econômica no País.

Outro importante projeto do sindicato é o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que em futuro breve oferecerá o primeiro curso de engenharia de inovação

Em mais um aniversário do SEESP, há muitas conquistas a serem comemoradas pela nossa categoria. Entidade fortaleceu-se em sua ação sindical e em sua inserção no debate nacional.

do Brasil, consolidando a contribuição da nossa entidade ao esforço de formar mão de obra qualificada de primeiríssima linha. Mesmo antes de dar início a essa fase, já oferece diversas atividades de extensão e caminha para se tornar uma instituição de ensino que seja referência de qualidade. Como se vê, são 79 anos muitíssimo bem vividos. Obviamente, cada uma dessas conquistas foi antecedida de desafios e obstáculos que precisaram ser vencidos. Mas os engenheiros do Estado de São Paulo, organizados e mobilizados pelo seu sindicato, têm se mostrado prontos para o combate e ousados em seus objetivos. Continuemos a escrever essa história com garra e dedicação. E, claro, comemuremos o aniversário da nossa entidade.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luís Henrique Costa e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 30 de setembro de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Falsa e verdadeira operação comboio

Newton Guenaga Filho

QUEM NÃO FOI PEGO pela operação comboio no Complexo Anchieta-Imigrantes ao se dirigir ao litoral paulista? E, pior, quem não se viu nessa situação mesmo sem neblina que a justificasse? Com muita frequência, essa medida, que consiste basicamente em reter o fluxo de automóveis e liberá-los em grupos, é tomada para evitar acidentes devido à baixa visibilidade, o que hoje simplesmente não faz mais sentido.

A operação comboio faz o usuário levar mais de uma hora que o seu tempo normal de viagem. É realmente um saco! Buscando a história, a medida teve origem quando o Complexo Anchieta-Imigrantes tinha somente a pista de subida na Imigrantes. Foi colocada como solução em função de um mega-acidente que ocorreu na pista de interligação entre as duas rodovias, quando houve uma neblina intensa. No entanto, a conjuntura mudou e temos a necessidade de nos adaptarmos a ela. Hoje, há pistas de subida e descida em ambas as rodovias. Além disso, parte significativa do percurso é feita por túnel, o que elimina o problema de visibilidade. Somente por esse motivo o sistema já deveria ter sido aprimorado.

Em decorrência de outro mega-acidente ocorrido no ano passado, esse no trecho do planalto na pista de subida, criou-se o “falso comboio”. Nesse, não existe a retenção do fluxo de veículos no pedágio, mas altera-se o limite máximo de velocidade para 40km/h em trechos específicos nos quais piscam luzes amarelas. Será que não temos

É preciso utilizar a tecnologia e poupar tempo e paciência dos usuários do Complexo Anchieta-Imigrantes.

algo mais moderno? Por que temos que ter velocidades estanques? Com o avanço da tecnologia, poderíamos ter painéis luminosos ao longo da rodovia que indicassem a velocidade definida para uma determinada condição de visibilidade no local.

Por fim, se a retenção de veículos foi abolida nesse “falso comboio” e isso foi considerado seguro, por que não aplicar a lógica à pista de descida? Por que não ter velocidades variáveis ao longo da rodovia em ambos os sentidos? Os usuários agradecem.

Newton Guenaga Filho
é presidente da Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista



FALA QUE EU TE ESCUTO



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Reindustrializar: UM JOGO DE “GANHA-GANHA”

Artur Araújo

O PAÍS PASSA POR UM processo de desindustrialização precoce? Isso é “bom” ou “ruim”? Essas têm sido perguntas que permeiam os debates sobre nosso desenvolvimento, inclusive no âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, conduzido pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).

Uma boa oportunidade para se buscar respostas foi o seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) no dia 26 de agosto último, intitulado “Reindustrialização do Brasil – Chave para um projeto nacional de desenvolvimento”. No estudo que elaborou para orientar as discussões (disponível em <http://migre.me/g4gFI>), o Departamento de Competitividade e Tecnologia da entidade demonstra que a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu patamares que só seriam compatíveis com economias muito mais maduras, com renda *per capita* no mínimo duas vezes a nossa. Os 13,3% do PIB gerados pela atividade industrial em 2012 remontam a 1955, antes da aplicação do Plano de Metas de Juscelino, contra 24,9% nos anos 1980.

Os palestrantes escalados para o evento (veja quadro) convergiram quanto a

esse diagnóstico. Já com relação à etiologia e à terapêutica, o quadro foi bem diverso e, sinteticamente, pode ser descrito como o confronto entre duas “escolas” de pensamento.

Há, por certo, elementos comuns às duas linhas de análise identificados como os principais gargalos: taxa de câmbio sobrevalorizada; juros altos; deficiências de infraestrutura e logística; estrutura tributária complexa; baixa capacitação da força de trabalho; baixa taxa de investimento; aplicação insuficiente de recursos em inovação, pesquisa e desenvolvimento.

No entanto, outros tópicos demonstraram claramente enfoques muito distintos. Correndo o risco da simplificação excessiva, poderíamos dizer que parte dos expositores via só no Estado e nos trabalhadores os elementos disfuncionais do processo. Daí sua ênfase na redução da carga tributária e da regulação estatal e sua preocupação com o cenário próximo ao pleno emprego, que caracteriza nossa conjuntura econômica.

Ainda que, evidentemente, não o explicitassem formalmente, impostos menores, menos gastos públicos, salários mais baixos, maior desemprego e redução de barreiras tarifárias seria seu “cenário dos sonhos”. Recorrendo a uma imagem da literatura, era como se vissem “o inferno nos outros”, no ambiente extraempresarial.

O caminho dos engenheiros

Uma afirmação de Ricardo Bielschowsky, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sintetizou o enfoque oposto: o sucesso que tivemos, desde meados da década de 2000, na criação de um mercado interno de consumo de massas pujante não foi acompanhado pelo desenvolvimento de um parque industrial também “pujante e de massas”. Tanto a expansão física da estrutura produtiva foi insuficiente como a aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação ficou muito aquém do necessário. A consequência direta foi o “vazamento”

da demanda crescente para o exterior, via importação de insumos e produtos, desestimulando o investimento industrial, em um círculo vicioso.

Quanto à redução do gasto público, como parte da estratégia de reindustrialização, chamou atenção uma observação de Mansueto de Almeida, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): quais os gastos que devem ser cortados? De custeio, com destinação de menos verbas para educação, saúde, segurança e transportes públicos? De previdência, com redução de aposentadorias e outros benefícios? Ou nas despesas financeiras, pagando menos juros?

O conhecimento acumulado pelo “Cresce Brasil” com certeza identificou-se com a segunda abordagem. Somente uma perspectiva de “ganha-ganha” faz sentido em um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional, em todas as suas esferas. Não será penalizando as maiorias que se construirão as necessárias convergências de interesses para uma dinâmica virtuosa. Reindustrializar o Brasil com ganhos simultâneos para todos implica centrar esforços em mais produtividade e maior escala, adensar cadeias produtivas, transformar produtos primários em bens acabados, obter mais resultados de cada minuto trabalhado ou de cada real aplicado.

Ao invés de só embarcar “pedra e grão”, exportar aços e alimentos processados. Para além do álcool, plásticos “verdes”. Bons empregos e bons salários pagos a trabalhadores industriais com boa formação escolar e técnica, que lhes permitam comprar cada vez mais de uma indústria nacional inovadora e competitiva.

Ressalta uma conclusão: mais engenharia é peça fundamental no processo. A FNE pode ajudar muito a Fiesp na escolha do bom caminho para o objetivo comum, de um Brasil reindustrializado, desenvolvido e justo.

Artur Araújo é consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” www.crescebrasil.com.br



Palestrantes do Seminário “Reindustrialização do Brasil – Chave para um projeto nacional de desenvolvimento”

- Amir Khair, consultor
- Antônio Corrêa de Lacerda, PUC-SP
- Antonio Fernandes dos Santos Neto, CSB
- Bernard Appy, LCA
- Carlos Américo Pacheco, ITA
- Carlos Antonio Rocca, Ibmecc
- Carlos Umberto Martins, CTB
- Claudio Prado, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
- Claudio Frischtak, Inter. B Consultoria
- David Kupfer, UFRJ
- Edmar Bacha, Iepe/CDG
- Ernani Torres Filho, UFRJ
- Fernando Sarti, Unicamp
- Heloísa Menezes, MDIC
- João Carlos Ferraz, BNDES
- José Ricardo Roriz Coelho, Decomtec/Fiesp

- Jose Roberto Mendonça de Barros, MB Associados
- Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Unicamp
- Luiz Carlos Bresser-Pereira, FGV
- Luiz Gonzaga Belluzzo, Unicamp
- Mansueto de Almeida, Ipea
- Maria Luisa Campos Machado Leal, MDIC
- Mariano Laplane, CGEE
- Mário Bernardini, Abimaq
- Paulo Francini, Depecon/Fiesp
- Paulo Pereira da Silva, Força Sindical
- Paulo Skaf, presidente Fiesp/Ciesp
- Ricardo Bielschowsky, UFRJ
- Roberto Giannetti da Fonseca, Derex/Fiesp
- Sergio Nobre, CUT
- Ubiraci Dantas de Oliveira, CGTB
- Yoshiaki Nakano, FGV-SP

ENGENHARIA DE PONTA E SOCIAL NA *macrodrenagem* DE SANTOS

Rosângela Ribeiro Gil

EM 23 DE AGOSTO ÚLTIMO, iniciou-se um conjunto de obras com a pretensão de acabar com enchentes que prejudicam, há quase 60 anos, uma região de 12km² da cidade de Santos (a 55km da Capital paulista). Ao todo, o município ocupa 30km² da Ilha de São Vicente.

Ali, vivem, aproximadamente, 120 mil habitantes distribuídos em 14 bairros. É o projeto “Santos Novos Tempos”, que, em sua primeira parte, realizará obras de macrodrenagem na Zona Noroeste (ZN), uma ocupação iniciada na década de 1950 em área de mangue aterrado, mas sem a adequada infraestrutura e no nível mais baixo do que as marés altas. “É um novo processo de desenvolvimento sustentável para essa região”, define o engenheiro civil Márcio Lara, coordenador da Unidade de Gerenciamento do programa.

Para o prefeito santista Paulo Alexandre, a cidade está pagando uma dívida histórica para com a população daquela localidade, que sofre com os alagamentos, ou por causa da maré alta ou pelas fortes chuvas. “É uma região estratégica, relativamente nova e com grandes oportunidades de desenvolvimento econômico e inclusão social”, observa.

O programa prevê, além de obras de drenagem, a construção de habitação, urbanização e sistema viário, e deverá durar entre cinco e oito anos. O investimento total será de R\$ 1,4 bilhão. Os recursos serão oriundos de fontes diversas, como orçamento municipal, Banco Mundial e governos federal e estadual.

“Santos Novos Tempos” está dividido em três fases. Na primeira, serão destinados R\$ 137,5 milhões, entre recursos próprios e do Banco Mundial, e prevê a construção de comportas, estações elevatórias, galerias etc. Para a segunda, a previsão é de R\$ 225 milhões – sendo R\$ 180 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Drenagem) e o restante da Prefeitura –, cujo contrato de

dragagem do Rio São Jorge já foi assinado e realizada audiência pública para licitação das obras de drenagem, que devem começar no primeiro semestre de 2014. A última fase, estimada em R\$ 200 milhões, ainda está em processo de captação de recursos e abrangerá a construção de moradias, urbanização e implantação de novo sistema viário.

Segundo Lara, é o maior empreendimento de macrodrenagem urbana em curso no Brasil e o segundo maior contrato do PAC do setor – o primeiro é o da transposição do Rio São Francisco. A ação demandou, entre outras ações, nove autorizações ambientais e até verificação arqueológica. Intervenções foram realizadas em governos anteriores para acabar com o problema, mas não com a abrangência do trabalho atual.

Saturnino de Brito, inspirador

O coordenador garante que a iniciativa é definitiva, transformadora. Na sua ótica, de certa forma, repete as premissas do programa de saneamento que o engenheiro Saturnino de Brito desenvolveu, na virada do século XIX para o XX, na zona intermediária e na orla santista. “Projeto tão bem-sucedido que, 100 anos depois, os canais funcionam perfeitamente e foi responsável pela possibilidade de ocupação, com qualidade de vida, nesses lugares”, explica.

Bem diferente do que ocorreu na ocupação da ZN. Por isso, hoje, os alagamentos geram uma série de problemas, como a dificuldade de acesso a Santos de quem utiliza o Sistema Anchieta-Imigrantes e a falta de ligação da Zona Noroeste com outras partes do município.

Lara destaca que são obras inovadoras, com a implantação de comportas nas saídas dos canais junto à foz de dois rios – São Jorge e Bugres –, com estações elevatórias e comportas em posições intermediárias. O sistema funcionará com sensores inteligentes, independentemente de comando de pessoas ou de uma central. “Quando a maré alta ocorrer, as comportas automaticamente serão fechadas e

quando coincidir com chuvas fortes, as estações bombearão as águas do interior dos bairros para o estuário”, detalha.

À sua durabilidade, as comportas e as guias serão todas em aço inox. Foram planejadas grades nas comportas para evitar que lixos travem o equipamento. As bombas das estações elevatórias serão a diesel para garantir o seu funcionamento mesmo na pior tormenta, quando a energia elétrica pode ter oscilação. “Tudo foi feito de acordo com a orientação do Banco Mundial e tem a supervisão da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades”, observa o engenheiro.

Sobre as soluções de habitação, de urbanização e de interesse social, Lara afirma que essa não é uma obra de concreto, mas uma intervenção destinada às pessoas. “Vemos nesse projeto o papel social da engenharia”, ressalta.

A equipe envolvida é multidisciplinar, com engenheiros de diversas modalidades, arquitetos, urbanistas, advogados, assistentes sociais. Ao final, a região da Zona Noroeste contará com os seguintes componentes de macrodrenagem: 13 comportas, 14 estações elevatórias, dois canais, quatro galerias, um reservatório de retenção, duas torres de carga e o desassoreamento do Rio São Jorge, que ganhará profundidade de três metros – atualmente está com apenas 40 centímetros –, para auxiliar no escoamento de águas pluviais.

Obra livrará região com mais de 100 mil habitantes dos transtornos de enchentes e alagamentos.



Morador pena com enchentes que afligem população da Zona Noroeste de Santos.



CNTU tem segundo curso de formação sindical

Rita Casaro

DIRIGENTES DE TODO O Brasil das seis categorias representadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) (economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas) participaram nos dias 5 e 6 de setembro do II Curso de Formação Sindical, realizado em Belém (PA). Abrindo a atividade, o presidente da entidade e também do SEESP, Murilo Pinheiro, destacou a importância da qualificação para a defesa dos trabalhadores.

O técnico do escritório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Pará, Everson Costa, deu início às palestras traçando um panorama sobre a conjuntura econômica e como essa implica na atuação sindical. O primeiro ponto destacado foi o crescimento de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) registrado no segundo trimestre do ano. Conforme o economista, o dado sinaliza perspectiva positiva para o País, embora o patamar não seja ainda o desejado. Segundo ele, além da crise financeira internacional, contribuem para empacar a expansão da economia brasileira a baixa taxa de investimento privado, “já que o capital não aposta no risco”, e a retração específica da indústria, que ficou em 2,7% em 2012.

A situação se verificou, disse, apesar do “pacote de bondades” lançado pelo governo para estimular o setor. Esse incluiu desoneração da folha de pagamentos, que abrangerá 42 segmentos, entre várias outras medidas.

Terceiro item fundamental a ser levado em conta para a defesa dos trabalhadores na mesa de negociação, afirmou Costa, é a inflação,

turbinada no primeiro semestre pela alimentação. Foram determinantes também para a alta do custo de vida tarifas públicas (transportes, energia elétrica etc.); variação cambial, que implica encarecimento de insumos, impactos nos alugueis e nos contratos administrados; aspectos sazonais, que influenciam custo de passagens aéreas, excursões, educação; despesas pessoais (cigarro e emprego doméstico); combustíveis (diesel, gasolina); e aço (*commodities*). Houve ainda, lembrou ele, quem quisesse, equivocadamente, colocar os salários nessa cesta. “Isso é um absurdo. A gente espera 12 meses para negociar o índice médio. Se vier essa discussão, podem bater, não tem o menor cabimento. Pelo contrário, nós movimentamos a economia com nossos ganhos”, disparou.

Inflação, salários e emprego

Na sua opinião, “apesar da gritaria, a inflação não foi tão estrondosa”. Avaliando a trajetória do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acumularam 6,38% e 6,27%, respectivamente, Costa ponderou que a tendência é que se aproximem até o final do ano da meta estabelecida pelo governo de 4,5%. Deve estimular esse movimento a taxa de juros que voltou a crescer, freando o consumo, “o que é um remédio amargo”.

Aspecto favorável da economia é a geração de postos de trabalho, que teve saldo positivo de 1.364.487 vagas em 2012. No entanto, é muito negativa a alta rotatividade motivada pelo rebaixamento de salários. Apesar dessa tendência, tem havido ganhos à mesa de negociação e, em 2012, 95% dos acordos e convenções coletivas tiveram aumento real. Para chegar a esse resultado, prescreveu, são necessárias: articulação, mobilização e estratégia. “É o que garante a vitória nas negociações.”

Por fim, para além de suas representações diretas, os sindicatos devem estar atentos a dois desafios, afirmou o palestrante. Em primeiro lugar, é preciso que tenha continuidade a política de valorização do salário mínimo, o que só está garantido por lei até 2015. “Tem sido o principal instrumento de

distribuição de renda, ainda que seja pouco. Pelo Dieese, deveria ser R\$ 2.700,00.” No entanto, informou, apesar de os atuais R\$ 678,00 estarem longe do ideal, o ganho real de 70,49% desde 2001 representou R\$ 32,7 bilhões de incremento de renda na economia e R\$ 15,9 bilhões na arrecadação pública.

O grande adversário a ser derrotado é o Projeto de Lei 4.330, que generaliza a terceirização do trabalho no País, trazendo forte precarização. “É o golpe mais cruel para acabar com direitos trabalhistas que eu já vi”, afirmou Costa.

Programação ampla

No período da tarde, a avaliação da conjuntura política nacional foi feita pelo consultor sindical João Guilherme Vargas Netto e pelo diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz (Toninho).

No dia 6, a atividade prosseguiu com Claudio Santos, professor de Direito do Trabalho e sócio-diretor do escritório Alino & Roberto e Advogados, que falou sobre a Justiça do Trabalho no Brasil. A consultora na área trabalhista Zilmara Alencar falou sobre a negociação coletiva e a representatividade sindical dos profissionais liberais e abordou também a certificação digital junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e a assistência à rescisão contratual feita pelas entidades.

À tarde, entrou na pauta o tema “As mídias digitais na luta sindical”, apresentado por Cátia Lassalvia, consultora de comunicação e *marketing*, coordenadora do MBA Comunicação Empresarial e Mídias Digitais (IPog-GO) e professora dos cursos de pós-graduação em Comunicação no Senac-SP. Encerrando a programação, o assessor jurídico da CNTU, Jonas da Costa Matos, falou sobre a contribuição sindical dos profissionais liberais, e Francisco Carlos Rodrigues Netto (Tuca), gerente administrativo e financeiro do SEESP, abordou a gestão financeira das entidades sindicais.

Confira a cobertura completa, fotos e as apresentações dos palestrantes em: <http://migre.me/g3lffk>



Alessandro Correa

Justiça do Trabalho e negociações coletivas integraram programação da atividade da CNTU.

Cursos

PIRASSUNUNGA

Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FZEA/USP)

Site: www.fapesp.br/oportunidades/467

E-mails: holmersj@usp.br e diegoferrari@usp.br

Telefone: (11) 5180-2316

• **Bolsa em pós-doutorado em engenharia.**

A oferta integra o projeto "Potencial uso de resíduos agroindustriais como materiais de construção e infraestrutura", apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp). O bolsista atuará na área de materiais de construção, e o trabalho será focado na avaliação de cinzas de resíduos agroindustriais como potenciais adições pozolânicas. O candidato deve ter título de doutor há menos de cinco anos e experiência em pesquisas na área de materiais de construção, resíduos agroindustriais e técnicas de caracterização de materiais. O postulante deve enviar carta de interesse, *curriculum vitae* completo e referências ao professor Holmer Savastano Júnior, do Grupo de Construções e Ambiência, para Avenida Duque de Caxias Norte, 225, CEP 13635-900, Pirassununga, São Paulo. Inscrições até 25 de setembro. O selecionado receberá bolsa no valor de R\$ 5.908,80 mensais.

SÃO CAETANO DO SUL

Instituto Mauá de Tecnologia

Site: www.maua.br

E-mail: posgraduacao@maua.br

Telefone: (11) 4239-3401

• **Especialização em engenharia de embalagem.** O tema central do

curso é o Sistema Embalagem, definido como um conjunto de operações, materiais e acessórios utilizados na indústria com a finalidade de conter, proteger, conservar e transportar produtos, além de atender às necessidades dos consumidores ou clientes por um custo adequado e respeitando a ética e o meio ambiente. As inscrições estão abertas, e as aulas começarão em fevereiro de 2014. Carga total de 360 horas. O valor da mensalidade varia de R\$ 1.188,00 a R\$ 1.120,00, conforme data de pagamento.

SÃO PAULO

Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA)

Site: www.aea.org.br

E-mail: cursos@aea.org.br

Telefone: (11) 5908-4043

• **Seminário de segurança veicular.**

O evento acontecerá no dia 26 de setembro, das 8h às 18h, no Milenium Centro de Convenções (Rua Dr. Bacelar, 1.043, Vila Clementino, São Paulo/SP). O objetivo é apresentar ao público as novidades da engenharia automotiva na era da segurança veicular, a experiência dos profissionais do setor e as vantagens das novas tecnologias que serão obrigatórias em todos os veículos produzidos a partir de 2014. Os valores são de R\$ 460,00 (sócio da AEA), R\$ 600,00 (não sócio) e R\$ 120,00 (estudante).

Dia da Engenharia Alemã 2013 discute a cidade do futuro

IDEALIZADO pela Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha (VDI-Brasil), o Dia da Engenharia Alemã chega neste ano a sua quinta edição. Em 2013, o evento, que acontece no dia 17 de outubro, das 13h30 às 19h, tem como tema central "A cidade do futuro: viver ou sobreviver?".

Incluirá abordagens sobre alinhar tecnologias, necessidades, sustentabilidade, infraestrutura para que o dia a dia nas cidades seja menos traumático.

A iniciativa, que conta com renomados participantes, discutirá questões como "Os desafios da construção civil", "Pictures of the Future" e, na mesa-redonda, "O carro tem futuro na cidade?". A programação completa consta do [link](http://migre.me/fVq8H) <http://migre.me/fVq8H>. A atividade será no Club Transatlântico (Rua José Guerra, 130, São Paulo/SP). Inscrição gratuita para associados à VDI; R\$ 100,00 para não sócios; e R\$ 50,00, para estudantes. Mais informações pelo telefone (11) 5180-2316 ou pelo e-mail vdi@vdi brasil.com.br.



DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Dimiz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13.500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjic@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.



Rejeitada proposta da Prefeitura de São Paulo



Luís Henrique Costa

Assembleia no auditório do SEESP, na Capital.

Engenheiros, arquitetos, geólogos e demais profissionais de nível superior da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) lotaram o auditório do SEESP, na Capital, no dia 9 de setembro, durante assembleia conjunta. Análise da tabela entregue na mesa central do Sistema de Negociação Permanente (Sinp),

no dia 6, foi apresentada na ocasião. Essa revelou que a proposta apresentada pela Prefeitura encobriria pretensão Projeto de Lei (PL) para alteração das carreiras de nível superior, com subtração pelo governo municipal de direitos adquiridos. Diante disso, as categorias rejeitaram a proposta.

Engenheiros aprovam acordos com energéticas

Em assembleias realizadas em agosto no Estado, os engenheiros da AES Tietê e da AES Eletropaulo, com data-base em 1.º de junho, aprovaram seus Acordos Coletivos de Trabalho. Na AES Tietê, o reajuste salarial ficou em 7,2% (2% de aumento real) e na AES Eletropaulo, será escalonado, sendo 6% (0,85% de aumento

real) retroativos a 1.º de junho de 2013 e 0,5% em 1.º de janeiro de 2014. Em ambas companhias, foi conquistado reajuste de 8% sobre os benefícios de caráter econômico (sendo que na AES Eletropaulo o vale-alimentação de férias foi majorado em 10,32%) e antecipação de R\$ 4.000,00 do PLR 2013 em 12 de setembro.

*Errata – O estudo das perdas salariais realizado pela Associação dos Engenheiros Estatutários do Estado de São Paulo, objeto de nota publicada no **Jornal do Engenheiro**, edição 436, refere-se a 20 anos (de 1993 a 2013), e não a dez.*

Palestras em Taubaté

A Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté promoveu em 22 de agosto, em sua nova sede no município, as palestras “Dimensionamento e aplicação de bombas submersas em *booster*”, com Glauco Vitória Pereira, e “Introdução à linha de bombas submersíveis para esgoto”, apresentada por Otávio de Jesus Gumiero.

Um ano da NR de trabalho em altura em debate

A Norma Regulamentadora (NR) 35, relativa a trabalho em altura, completou um ano de vigência. Para avaliar sua implementação, boas práticas e desafios, será realizado seminário nacional no dia 26 de setembro, na sede do SEESP (Rua Genebra, 25, Bela Vista, São Paulo/SP). O evento tem o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). A atividade é gratuita. Mais informações no site www.nr35-1ano.com.br.



CURSO



PERÍCIA JUDICIAL
AMBIENTAL

INDICADO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DO MEIO AMBIENTE

Curso em São Paulo-SP

Data: 04 a 08 de Novembro de 2013

Horário: das 19h às 23h

Local: CRQ - Conselho Regional de Química

End.: Rua Oscar Freire, 2039 - Pinheiros - SP

Incluso:

- Apostila Perícia Ambiental
- Apostila Perícia Judicial
- CD-ROM
- Certificado de Participação
- Suporte Técnico de 6 meses
- Cadastro no Site Nacional de Peritos

RUI JULIANO
PERÍCIAS

www.
manualdepericias
.com.br

Faça sua inscrição: www.manualdepericias.com.br - fernanda@manualdepericias.com.br - 0800 600 3622 - (53)3231 3622

Curso PERÍCIA Judicial online

Inteiramente pela Internet

Como ser perito judicial

- Indicado para:
 - Administradores
 - Contadores
 - Economistas
 - Engenheiros
 - Arquitetos
 - Agrônomos
- Sem necessidade de concurso
- Podem ser: profissionais liberais, recém-formados, aposentados, funcionários públicos ou de empresas
- Profissão proporciona horários flexíveis

Material didático
que acompanha
o curso



www.
manualdepericias
.com.br

RUI JULIANO
PERÍCIAS